

25/10/2016 - Sinttel-ES

## Reunião sobre dissídio Sinstal x Sinttel-ES mantém impasse



Os patrões não quiseram ver suas fotos publicadas. Então, da esquerda para a direita, estão Nilson Hoffmann (pres. do Sinttel-ES, de camisa branca), Dr<sup>a</sup>. Renata e Dr. Ângelo (advogados do Sinttel), Rita (diretora do Sinttel), Rodrigo (representante do Sinstal) e o Advogado do Sinstal.

Os patrões não quiseram ver suas fotos publicadas. Então, da esquerda para a direita, estão Nilson Hoffmann (pres. do Sinttel-ES, de camisa branca), Dr<sup>a</sup>. Renata e Dr. Ângelo (advogados do Sinttel), Rita (diretora do Sinttel), Rodrigo (representante do Sinstal) e o Advogado do Sinstal.

Aconteceu nesta segunda-feira (24), no Hotel Mercure, na Praia do Canto, em Vitória, a reunião entre o Sinttel-ES e o Sinstal (Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço em Telecom) dentro do processo de dissídio coletivo que foi instaurado pelas empresas. A reunião foi uma tentativa de acordo entre as partes, mas que não resultou em nada. O Sinstal esteve acompanhado de representantes das empresas Telemont, Hallen, Rochas e MR-Tel e elas querem IMPOR, a todo custo, uma convenção inventada e capitaneada pela Telemont nos estados do centro-oeste e que paga os mesmos pisos salariais que ela pagava nos acordos coletivos que tinha com o Sinttel-ES.

O resultado da reunião não poderia ser pior, pois as empresas não acenaram com proposta alguma. Querem que o Sinttel-ES abra mão dos direitos dos trabalhadores, o que não vai acontecer, lógico. Porém,

as falas das empresas são uma decepção total, pois em momento algum se viu, nem de longe, que elas pensam em reajustar o aluguel dos carros, algumas sequer aplicaram os 5% de reajuste nos salários e no tíquete, ou negociar o reajuste no pagamento da produção. O encontro foi mais para cumprir tabela, como se diz no futebol, pois nem as empresas querem avanços e muito menos o Sinttel deixará de defender os trabalhadores.

Por que o Sinstal instaurou dissídio (pediu a justiça para julgar o Sinttel)?

O pano de fundo é ação de cumprimento que o Sinttel-ES tem contra a Telemont. A empresa não quer de jeito nenhum pagar os pisos salariais por função que a CCT 2015/2016 negociada com Sinstal – Sindicato das próprias empresas – estabeleceu. O que se vê é as empresas não aceitando que o próprio sindicato das empresas negociou com o Sinttel-ES/Fenattel, aprovou e registrou no MTE. E por perder todas as decisões, até agora, na Justiça do Trabalho, a Telemont criou uma outra Convenção Coletiva e, claro, com baixos pisos por função e quer que o Sinttel aceite. Simples assim.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Não só a Telemont, mas outras empresas alegam que o Sinttel-ES se recusou a discutir uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que eles chamam de "CCT Rede Externa, data base Maio" assinada com os sindicatos da região centro-oeste. Acusam o Sinttel de levar a apreciação dos trabalhadores em empresas prestadoras de serviço (as mesmas: Telemont, Hallen, Rochas, MR-Tel e outras) uma outra Convenção Coletiva, que eles chamam de "Rede Interna e Equipamentos", data base Abril, mas que não serve para os trabalhadores do ES.

Só para entender: As negociações coletivas do Sinttel-ES com o Sinstal são feitas por uma comissão da Fenattel (Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações) desde 2011 e até esse ano não havia essa separação de CCT rede interna e externa. Desde 2011, sempre se negociou uma Convenção Coletiva com abrangência nacional para as empreiteiras do setor de telefonia. Como alguns acordos eram mais benéficos para os trabalhadores, caso da Telemont, estes prevaleciam. Só que no ano passado, a situação se inverteu e os acordos coletivos se tornaram menos benéficos que a Convenção Coletiva. E como os trabalhadores da Telemont, especificamente, recusaram a proposta de acordo coletivo da empresa, o Sinttel então pediu que ela cumprisse a CCT. A empresa não aceitou e isso levou o Sinttel a ingressar com a ação de cumprimento na Justiça trabalhista.

### Região Centro-Oeste

Em 2016, diferente dos outros anos, os acordos coletivos que eram feitos com os Sintteis nos estados do Centro-Oeste (AC, GO, MT, MS, TO e RO) viraram essa tal "CCT- Rede Externa, data base Maio", para justamente colocar o Sinttel-ES numa "sinuca de bico", objetivando impor salários miseráveis aos trabalhadores. Tipo assim: "Vamos criar uma nova CCT e impor ao ES", pensaram as empresas.

Porém, ao mesmo tempo que as empresas – ca-

pitaneadas pela Telemont – faziam a armação lá no centro-oeste, o Sinttel-ES/Fenattel negociava com o Sinstal, em São Paulo, a CCT 2016/2017 e que tem os pisos por função nos valores mais altos. Essa CCT foi aprovada pelos trabalhadores no ES.

O Sinttel-ES sabia que essa reunião era perda de tempo para os trabalhadores, pois as empresas não querem de forma nenhuma pagar os pisos da Convenção Coletiva que o Sinttel-ES vem negociando desde 2011 com o Sinstal, essa que elevou os pisos salariais por função. Querem impor o que elas, até o ano passado, colocavam nos acordos coletivos.

Esse é o imbróglio. O Sinttel já avisou que não vai abrir mão da CCT com pisos maiores, pois já tem uma decisão do Juiz da 8ª Vara do Trabalho de Vitória estabelecendo que o Sinttel-ES NÃO PODERÁ FIRMAR ACORDOS OU CONVENÇÕES COLETIVAS com cláusulas e valores inferiores (reajustes, pisos, benefícios) à CCT 2015/2016 das empresas prestadoras de serviço em telecomunicações, acertada com o Sinstal. O juiz estabeleceu multa de R\$ 150 mil, caso o Sinttel descumpra essa DECISÃO.

### Resistir e lutar

Na verdade, é aquela velha história. As empresas vão fazer de tudo para não pagar os pisos reajustados. E nós, trabalhadores, vamos lutar para que as empresas paguem, afinal a maioria dos salários, descritos como pisos, ficam na faixa de R\$ 1 a 2 mil, o que não representa, sequer, três salários mínimos. E basta de precarização!

Com relação a CCT 2016/2017 das prestadoras negociada e aprovada pelos trabalhadores, já foi depositada no MTE.

**NÃO VAMOS DESISTIR DE LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS! APOEM O SINTTEL A DIZER NÃO A TANTA PRECARIZAÇÃO NA RELAÇÃO DE TRABALHO DE TELECOM.**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/10/2016 - Instituto Telecom

# Nossa Opinião – A soma da crueldade

O golpe contra a sociedade e os trabalhadores continua em marcha. A previsão é de que nesta terça-feira, dia 25 de outubro, a Câmara Federal vote, em segundo turno, a PEC 241. Tudo leva a crer que será aprovada por um Congresso que representa os interesses do grande empresariado, dos banqueiros, da grande mídia e dos setores mais conservadores da sociedade.

Também hoje, dia 25, haverá uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça para discutir o Projeto de Lei 3.453/2015, que representa o pagamento do governo golpista ao empresariado do setor de telecomunicações.

O PL dá à Anatel o poder para alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações, de concessão para autorização. As consequências são: o fim das concessões; os bens reversíveis (que são do Estado e calculados em mais de R\$ 100 bilhões) não mais voltariam à União e seriam entregues às operadoras, principalmente para a Oi, que é a maior detentora do direito de uso destes bens; doação do espectro de radiofrequência, um recurso limitado e um bem público.

A aprovação desse projeto entrega ao mercado todo o poder sobre o setor de telecomunicações. Não haverá mais metas de universalização. A banda larga, que é um serviço essencial, inclusive caracterizado como tal na lei do Marco Civil da internet, Lei 12.485, ficará nas mãos do mercado. Os empresários do setor decidirão quem terá acesso ou não a esse bem essencial para fomentar a educação, a saúde, a segurança. Isso é o PL 3.453.

A banda larga no Brasil é lenta, concentrada basi-

camente nas regiões sul e sudeste, e muito cara, segundo as últimas informações divulgadas pela União Internacional de Telecomunicações.

Oi, Vivo, Claro e TIM não querem que a banda larga seja colocada em regime público. Não querem nenhuma decisão que as obrigue a levar banda larga para todo o país. Com a aprovação do PL será sepultada qualquer possibilidade da União cobrar das operadoras a implantação desta rede. Isso é o PL 3.453.

As escolas públicas que, teoricamente, receberiam banda larga gratuita até 2025, por força dos contratos de concessão, não terão mais acesso a este bem, dificultando ainda mais a aprendizagem pelos alunos, o aperfeiçoamento dos professores. Isso é o PL 3.453.

A telemedicina será enterrada de vez no Brasil. Se as operadoras é que decidirão onde colocar a rede de banda larga, por que se preocupariam em interligar pólos avançados de saúde com cidades que ainda carecem da rede? Uma operação que pode decidir a vida ou morte de uma pessoa será prejudicada sem a rede de interligação entre essas áreas. Isso é o PL 3.453.

Portanto, a soma da PEC 241 com o PL 3.453 é a subtração dos direitos essenciais da sociedade: menos saúde, menos educação, menos segurança, menos banda larga. É esse o quadro desenhado por uma quadrilha que se apropriou do governo federal, de um Congresso alinhado com os interesses golpistas e operadoras que só se preocupam com o seu lucro. Ou seja, a soma da crueldade.

**Instituto Telecom, Terça-feira, 25 de outubro de 2016**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - Instituto Telecom

# Governo autoriza incorporação de aportes e quadruplica capital da Telebras

O governo federal autorizou a Telebras a incorporar ao capital a maior parte dos aportes feitos pelo Tesouro Nacional nos anos seguintes à reestruturação da estatal – multiplicando-o por quatro: dos R\$ 263,1 milhões registrados em junho, para cerca de R\$ 1,1 bilhão.

Segundo a empresa, o aumento de capital se dá “mediante créditos da União, derivados de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados nos períodos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015”, no montante de R\$ 846,7 milhões, além do saldo residual de capitalizações anteriores no valor de R\$ 7,7 milhões; e atualização de ambos pela taxa Selic.

Desde que a estatal foi reorganizada, em 2010,

para tocar adiante o que era o Plano Nacional de Banda Larga, o governo federal injetou os primeiros R\$ 300 milhões em 2011, seguido de aportes de R\$ 232,9 milhões, R\$ 329,4 milhões e R\$ 386,8 milhões nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Como a estatal adiantou que novos investimentos terão que sair de recursos próprios, a conta que ainda resta pagar de compromissos já assumidos é do satélite geoestacionário de defesa e comunicações, que foi orçado em cerca de R\$ 1,8 bilhão e do qual 60% já foram pagos.

**Luís Osvaldo Grossmann, Convergência Digital,  
24 de outubro de 2016**

25/10/2016 - Telesíntese

# Bondholders preferem a “falência à proposta injusta” dos acionistas da Oi

**Em carta aberta, os bondholders europeus se dizem famílias que investiram suas economias na Oi e que não aceitam ser associados as fundos abutres.**

A disputa pelo passivo da Oi ganha mais uma voz contrariada. Desta vez, dos detentores europeus de debêntures da Oi, que escreveram ao Tele.Síntese, em resposta à entrevista fornecida por um dos sócios da operadora, Nelson Tanure, no dia 14.

Na entrevista, o empresário afirma que os detentores desses títulos não têm o que reclamar, pois já teriam recebido o seguro desses papéis e vendido os títulos para fundos que só compram na baixa conhecidos como fundos “abutres”, esses sim que estariam pressionando para elevar o valor do que têm a receber.

Em carta aberta à Tanure, os bondholders europeus alegam, no entanto, que pertencem a outra categoria de investidores, e seriam inúmeras famílias que investiram suas poupanças nos papéis da Oi, e que não ouviram qualquer posição da companhia em sua defesa.

Ainda segundo esses investidores, Tanure, que comprou 7% das ações da Oi, teria investido cerca de R\$ 100 milhões na concessionária brasileira, “o que é muito menos do que nós investimos”, alegam.

Além de transferir o termo “abutre” para o sócio brasileiro, esses bondholders, em tom agressivo, afirmam que preferem perder tudo a deixar a aceitar a atual proposta da empresa. Afirmam: “de acordo com a análise da E&Y, publicada pela Oi em 6 de setembro, o valor de liquidação forçada de ativos da empresa ascende a R\$ 23 bilhões (35% do total da dívida). E você pode estar certo que, se o plano de recuperação judicial a ser votado for injusto para o bondholders varejistas, nós preferimos levar a companhia à falência do que aprová-lo. Através da liquidação, teremos de volta muito pouco de nossos investimentos, mas você certamente não terá nada”, afirmam na carta, assinada por Group of European bondholders.

24/10/2016 - Telesíntese

## Fusão AT&T e Time Warner acende alerta no mercado

De um lado, mercado financeiro vê aceleração do endividamento da operadora com a oferta de US\$ 85,5 pela empresa de mídia. De outro, entraves regulatórios podem onerar o negócio em US\$ 10 bilhões. Venda de ativos, inclusive no Brasil e América Latina, podem ser forma de companhia rentabilizar aquisição, transformando-se em OTT.



O segundo maior grupo de comunicações dos Estados Unidos, AT&T, vai pagar US\$ 85,5 bilhões pela Time Warner, empresa dona de um império de produtoras de conteúdos, entre as quais os canais de TV por assinatura CNN, HBO e TNT e os estúdios Warner Bros.

O negócio, no entanto, acendeu um alerta no mercado. No Brasil, a empresa deverá escolher o que priorizar: os ativos da Time Warner ou da Sky. No entender de advogados ouvidos pelo Tele.Síntese, a Time Warner no país se enquadra na Lei do SeAC, que impõe limites à propriedade cruzada, por produzir conteúdo nacional.

As estimativas apontam para um valor de cerca de US\$ 5 bilhões, equivalente a 10% da avaliação da DirecTV na América Latina, para os ativos da Sky por aqui. A venda é inevitável? "Sim, uma vez que o conteúdo é rei. Desinvestir na Sky Brasil faz sentido", diz Akshay Sharma, analista do Gartner, ao Tele.Síntese.

Com a nova dívida pressionando, todo dinheiro que entrar poderia ser usado para deixar a operadora mais preparada para um futuro em que mídia se confundirá com a internet. Até mesmo a venda de ativos em toda a América Latina pode ser interessante. "Estes ativos podem ser vendidos supondo que a AT&T possa se tornar uma OTT, aproveitando a recente aquisição da QuickPlay", reforça Akshay.

### Finanças

Na bolsa de Nova York, os papéis da tele apresentavam queda nesta tarde, no primeiro dia útil após a oficialização do negócio. Analistas se preocupam com o endividamento. A compra deve ser paga metade com dinheiro, metade com ações. Para conseguir financiar o negócio, a AT&T vai emitir títulos cujos juros devem somar US\$ 9 bilhões ao ano a partir de 2018. O endividamento do grupo deve chegar a US\$ 170 bilhões após a operação.

O tamanho dessa dívida fez a empresa de análise de crédito Moody's emitir um alerta, avisando que pode rebaixar a nota dos títulos da AT&T em um ponto. Na visão da agência, a relação EBITDA/dívida da companhia pode atingir 3,5x, quando o ideal seria permanecer abaixo dos 3x, no modelo pro forma, que já simula a união das operações. Números diferentes dos divulgados pela tele, que prevê relação de 2,5x no primeiro ano, caindo nos quatro anos seguintes a 1,8x, beneficiados ainda or US\$ 1 bilhão em sinergias.

Além disso, haverá um custo de pelo menos US\$ 10 bilhões até que todas as autorizações regulatórias sejam obtidas. A estimativa é que boa parte do fluxo de caixa livre da AT&T acabe comprometido.

O negócio é visto como uma jogada interessante, mas arriscada. "O plano de aquisição é uma estratégia defensiva que dá poder à AT&T moldar a evolução da indústria de TV por assinatura em seu favor. Mas para fazer isso aceitou pagar o preço completo por um negócio que enfrenta mudanças profundas", analisa a Moody's.

Em conferência com analistas, os CEOs da AT&T e Time Warner afirmaram que a fusão deve enfrentar poucos problemas regulatório, ao menos nos Estados Unidos, por ser a segunda fornecedora da primeira. Além disso, o negócio, na visão deles, tende a reduzir preços ao consumidor.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - Rede Brasil Atual

# Dez motivos para as mobilizações populares contra o governo Temer

**Classe trabalhadora se mobiliza para derrubar PEC 241, reformas trabalhista e previdenciária, além da MP do ensino médio e a entrega do pré-sal a petroleiras estrangeiras**

Além dos protestos organizados pelos movimentos sociais e das ocupações de escolas do país pelos secundaristas, oito centrais sindicais preparam uma agenda de mobilizações e paralisações para 11 de novembro. A paralisação de diversas categorias é planejada como parte da resistência e da luta contra medidas que vêm sendo anunciadas e defendidas pelo governo não eleito de Michel Temer (PMDB).

Participaram de reuniões para preparar a mobilização a CUT, a CGTB, a CTB, a CSP-Conlutas, a Força Sindical, a Intersindical, a Nova Central e a UGT. Uma outra paralisação geral está prevista para o dia 25 do próximo mês..

As principais pautas levantadas pelas centrais são a crítica da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 e as discussões em torno da reforma trabalhista e da Previdência. Todas questões que podem interferir na vida da classe trabalhadora. Confira:

### PEC 241

A Proposta congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, sob a justificativa de normalizar as contas estatais. De outro lado, seus críticos - que chamam o projeto de PEC da Morte - dizem que há alternativas para a questão fiscal no país e projetam que setores como saúde e educação deixarão de receber centenas de bilhões de reais nas próximas décadas. Estudos apontam que se a PEC tivesse sido aprovada há 20 anos atrás, a política de valorização do salário mínimo, por exemplo, não poderia ter ocorrido.

#### Idade mínima para se aposentar

O principal ponto das discussões que o governo não eleito vem fazendo em torno da reforma da Previdência, se tal medida for implementada, é que o cálculo para aposentadoria não seria apenas determinado pelo tempo de contribuição. Discute-se a idade mínima para se aposentar entre 65 ou 70 anos. As consequências afetariam os mais pobres: como começam a trabalhar mais cedo, teriam que contribuir mais tempo para poder se aposentar.

#### Equiparação da aposentadoria rural e urbana

Vinculada à questão anterior, o estabelecimento de uma idade mínima teria caráter geral, valendo para trabalhadores rurais e urbanos. Em relação aos primeiros, a equiparação teria um efeito prejudicial: começam a trabalhar mais cedo, realizam atividades mais desgastantes e vivem menos. Caso a idade mínima fosse de 65 anos, em alguns estados, por exemplo, um trabalhador rural viveria, em média, apenas seis meses após passar a receber sua pensão.

#### MP 739: mais dificuldade na obtenção de benefícios previdenciários

A Medida Provisória 739 já tem validade e sua aprovação definitiva é discutida na Câmara. O principal ponto questionado na MP é a alteração do tempo mínimo de contribuição para que trabalhadores e trabalhadoras possam receber benefícios como auxílio-doença e salário-maternidade após desligamento da Previdência.

### Acordado sobre legislado

Um dos eixos do que o governo vem defendendo no campo trabalhista, a ideia significa que acordos coletivos entre empregados e patrões prevaleçam sobre o disposto em lei. Hoje, as negociações, em regra, não podem estar abaixo do patamar legal. Se a proposta for implementada, direitos contidos na legislação poderão ser desrespeitados.

### Terceirização irrestrita

Outro elemento defendido pelo governo é o projeto que libera a terceirização irrestrita no Brasil. Atualmente, apenas atividades-meio - ou seja, que não tenham relação direta com o ramo de atividades da empresa - podem ser terceirizadas. Em geral, empregados terceirizados sofrem com alta rotatividade e salários menores quando comparados com os outros.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/10/dez-motivos-para-as-mobilizacoes-populares-contr-o-governo-temer-9125.html>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/10/2016 - RBA

# Mundo bate recorde de concentração de dióxido de carbono em 2015

**Atmosfera superou a marca de 400 partes por milhão (PPM)**

Pela primeira vez, a concentração média anual de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) - o gás causador do efeito estufa - na atmosfera superou a marca de 400 partes por milhão (PPM), inaugurando uma nova era na realidade climática. A informação é da Agência Ansa.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, os níveis de CO<sub>2</sub> já haviam superado a barreira de 400 ppm em alguns meses e em alguns lugares, mas em 2015 foi a primeira vez que isso ocorreu em uma base

média anual. Além disso, de acordo com a entidade, a concentração de dióxido de carbono permanecerá acima de 400 ppm durante 2016 e não cairá abaixo desse patamar por "muitas gerações".

No próximo dia 4 de novembro, entrará em vigor o Acordo de Paris, que tem o objetivo de manter o aumento médio da temperatura global abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais.

19/10/2016 - Rede Brasil Atual

# Copom faz primeiro corte em quatro anos e reduz taxa de juros para 14%

**Decisão, unânime, já era esperada. Comitê do Banco Central destaca atividade econômica fraca e cenário um pouco mais favorável para a inflação, mas aponta "incertezas" relacionadas a ajustes**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu reduzir em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juros, para 14% ao ano. A decisão, unânime e esperada, foi anunciada no início da noite de hoje (19). É o primeiro corte na Selic desde outubro de 2012.

A taxa estava em 14,25% desde julho do ano passado. Foi mantida nesse nível durante nove reuniões, até a desta semana, a penúltima do ano. A próxima será realizada em 29 e 30 de novembro.

"O Comitê entende que a convergência da inflação para a meta para 2017 e 2018 é compatível com uma flexibilização moderada e gradual das condições monetárias", diz comunicado divulgado logo depois do encerramento da reunião. "O Comitê avaliará o ritmo e a magnitude da flexibilização monetária ao longo do tempo, de modo a garantir a convergência da inflação para a meta de 4,5%."

O Copom destaca ainda a fraca atividade e um cenário pouco mais favorável à inflação. "O conjunto dos indicadores divulgados desde a última reunião do Copom sugere atividade econômica um pouco abaixo do

esperado no curto prazo, provavelmente em virtude de oscilações que normalmente ocorrem no atual estágio do ciclo econômico. A evidência disponível é compatível com estabilização recente da economia brasileira e possível retomada gradual da atividade econômica. A economia segue operando com alto nível de ociosidade", afirma o colegiado. "A inflação mostrou-se mais favorável que o esperado, em parte em decorrência da reversão da alta de preços de alimentos."

Na avaliação do Copom, o cenário externo ainda mostra momento benigno para economias emergentes. Mas persistem "as incertezas sobre o crescimento da economia global e, especialmente, sobre a normalização das condições monetárias" dos Estados Unidos.

Como possíveis dificuldades, o Comitê afirma que "o processo de aprovação e implementação dos ajustes necessários na economia é longo e envolve incertezas". Para o colegiado, "o período prolongado com inflação alta e com expectativas acima da meta ainda pode reforçar mecanismos inerciais e retardar o processo de desinflação".



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - CUT

# Direita brasileira se apropria totalmente do Estado

O que vemos é um Estado plenamente alinhado com um projeto de restauração conservadora

O período político iniciado em 2003 com a primeira eleição do Lula e terminado em 2016 com o golpe contra a Dilma, representou um período excepcional da história brasileira. Em dois sentidos: no primeiro, porque, diminuiu extraordinariamente a desigualdade no Brasil. No segundo, porque fez o país caminhar na direção oposta que os outros governos tinham feito.

Para isso, o governo fez do Executivo o eixo dinâmico que impulsionou o Estado a atuar em favor da grande maioria da população e não apenas da minoria, como sempre tinha acontecido. Embora amplamente minoritário no Congresso, mediante alianças políticas, o governo logrou colocar em prática os temas fundamentais da sua plataforma eleitoral, antes de tudo a prioridade das políticas sociais.

A direita se sentiu muito contrariada, tentou derrubar o Lula, pela campanha que denominou de "mensalão", primeiro através de um impeachment, depois na campanha eleitoral de 2006. Não conseguiu, mas seguiu assentando suas baterias contra o governo, mesmo terminando por reconhecer que as políticas sociais do governo é que tinham permitido a reeleição do Lula e sua imensa popularidade.

Mesmo contando com o monopólio dos meios de comunicação e desenvolvendo campanhas sistemáticas contra o governo, a direita não conseguiu voltar a controlar o governo. Perdeu quatro eleições presidenciais consecutivamente. Mas manteve, como seu objetivo central, tirar o PT do governo. Se deu conta que essa situação permitia ao governo desenvolver políticas sociais que mantinham o apoio popular, como ficou patente também no resultado eleitoral de 2014.

Foi preciso um golpe para que a direita expulsasse o PT do governo e se reapropriasse inteiramente do



Estado. Se valeu da maioria parlamentar conseguida em 2014, mas também da anuência do STF, com o silêncio cúmplice, que permitiu o golpe.

A partir dessa virada, o que vemos hoje é um Estado plenamente alinhado com a direita e seu projeto de restauração conservadora. O governo é o agente

direto dessas iniciativas, apoiado por uma ampla maioria no Congresso, pelo silêncio do STF, pela ação da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República, de promotores e pela sempre sistemática ação de propaganda direta da parte dos meios de comunicação.

O Estado revela assim, de forma explícita, seu caráter de classe, revertendo os espaços que tinham permitido que as classes populares tivessem podido afirmar seus direitos, valendo-se de uma liderança popular que as levou a vitórias e a melhorias substanciais nas suas condições de vida. O golpe instalou no governo uma agenda sistemática de vingança contra aqueles avanços, de reversão das correlações de força entre as classes, valendo-se do Estado em todas as suas instâncias.

O Estado atua de forma uníssona contra o PT, o Lula, tanto que a república praticamente desapareceu. O Legislativo agiu fora de suas atribuições, valendo-se de uma maioria parlamentar para depor uma presidenta sem crime de responsabilidade, agindo como se estivéssemos num parlamentarismo. O Executivo viu uma presidenta reeleita pelo voto popular ser deposta. E o Judiciário assiste a todas as arbitrariedades calado. Dessa forma não existe mais república no Brasil.

Mais do que nunca se coloca para a esquerda e para a democracia brasileira a necessidade de lutar por uma Assembleia Constituinte que permita, mediante uma ampla representação popular, refundar o Estado brasileiro, para garantir a democracia no país.

23/10/2016 - Rede Brasil Atual

## 'Estamos destruindo o mundo por uma minoria'

Professor de Economia da PUC-SP diz que, ao contrário do que analistas consultados pela mídia tradicional sugerem, mundo produz riqueza suficiente para suprir necessidades básicas de todo o planeta

O professor de Economia da PUC-SP Ladislau Dowbor, em entrevista à Revista Diálogos do Sul, debateu os fundamentos da atual crise financeira internacional e as consequências do chamado capital especulativo na vida das pessoas. Em síntese, ressaltou que estamos



destruindo o planeta por uma minoria e deixando o grosso da população de fora do sistema. "Nós não temos problema econômico, temos um problema de organização social e política", afirmou.

O professor ressaltou que, ao contrário do que os analistas de sempre consultados pela grande imprensa sugerem, o mundo produz riqueza suficiente para suprir as necessidades básicas de todo o planeta e exemplifica: se toda a produção do mundo fosse dividida pelos habitantes da Terra, cada família receberia R\$ 9 mil por mês, em média.

Mas, ao contrário disso, resalta, "temos 62 bilhões que têm mais riqueza acumulada do que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres".

Ele explica que esse processo é possível graças ao sistema especulativo, em que o capital fica parado, gerando lucro apenas via especulação, sem produção e sem pagamento de impostos.

Porém, ele aposta que não há, por parte das populações mais pobres, conformismo com essa situação: "qualquer pobre hoje sabe que poderia ter um hospital, uma escola de qualidade. O pessoal está

começando a se mexer e não adianta construir muros", diz em referência à migração de centro-americanos e mexicanos para os Estados Unidos e à crise de refugiados na Europa.

"Temos US\$ 30 trilhões em paraísos fiscais – enquanto o PIB mundial é de US\$ 72 trilhões –

então essa gente não só não investe, como não paga impostos. Temos um capitalismo de dinheiro parado, um capitalismo improdutivo planetário", afirma o professor. Ele resalta que esse montante poderia estar sendo investido para resolver nossos problemas enquanto humanidade, mas está enriquecendo uma minoria.

Nesse contexto, ele observa que a crise brasileira é apenas um aparte em todo o processo da economia global, mas resalta que a solução para a crise vivenciada no país com a Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC 241, que impõe o teto dos gastos públicos para os próximos 20 anos) não é, ao contrário do que alguns economistas defendem, "um remédio amargo, porém necessário".

Isso porque que "os bancos geraram o rombo (das contas públicas). O que querem fazer (com a PEC 241) é que o andar de baixo tenha que pagar o rombo, mas quando se reduz investimento, você chupa o dinheiro do andar de baixo e vai travar ainda mais a economia".